

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS ATA DA REUNIÃO DO DIA ONZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

1 Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 09h51, o Conselho de
2 Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque
3 Tecnológico, sob a presidência Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam
4 presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira
5 de Souza da Rosa, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Fernanda Carvalho
6 de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros
7 Docentes representantes dos Centros Universitários: Alexandre Guedes Torres (CCMN),
8 Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Juliana Beatriz Almeida
9 de Souza (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE), Liliâne Magalhães Girardin
10 Pimentel Furtado (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), Claudia Pinto Figueiredo (CCS),
11 Verônica Maria Araujo Calado (CT), Marcelo Gomes Miguez (CT) e Márcio de Almeida
12 D'Agosto (CT). Os Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos
13 Renato Rezende Ventura, Eliane Guedes e Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho. Os
14 representantes do Campus Duque de Caxias: Luisa Andrea Ketzer e Leonardo Maciel de
15 Oliveira Pinto. Os representantes discentes: Natália Silva Trindade, André Luiz Amorim da
16 Costa e Nalbert de Farias Araujo. O representante dos técnicos-administrativos: João
17 Sérgio dos Santos Assis. O representante do Campus Macaé: Leonardo Maciel Moreira.
18 Iniciou-se com o **Expediente. 1-** O presidente abriu a reunião dando boas-vindas aos
19 novos conselheiros representantes do CT, Márcio D'Agosto, Diego Saboya, o
20 representante do campus de Duque de Caxias Leonardo Maciel e Maria Alice Duprat,
21 representante do CLA, e, em seguida, convidou o Superintendente Felipe Rosa a fazer
22 uso da palavra. **2-** O Superintendente relatou uma reunião realizada na véspera com
23 representantes da PR5 e da nova Superintendência de Ações Afirmativas, Diversidade e
24 Acessibilidade (SGAADA), na qual se discutiram alternativas para a incorporação de ações
25 afirmativas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), apontando
26 dados que demonstram significativa presença de estudantes pretos e pardos entre os
27 bolsistas (aproximadamente trinta e oito por cento entre os que se autodeclararam),
28 embora ainda abaixo da representatividade demográfica da população da UFRJ. Destacou
29 o caráter promissor desse dado, mas indicou a necessidade de estratégias mais bem
30 calibradas, a fim de evitar a imposição de barreiras artificiais, como cotas percentuais
31 que, se mal calibradas, poderiam ter efeitos contraproducentes. Citou sugestão recebida
32 de criar um sistema de pontuação adicional para candidatos autodeclarados pretos,
33 pardos, indígenas ou pertencentes a outros grupos sub-representados. Enfatizou que as
34 ações afirmativas raciais já se encontram em estágio mais avançado de maturação
35 institucional na UFRJ, especialmente com a consolidação do mecanismo de
36 heteroidentificação, diferentemente de outros segmentos como pessoas trans ou
37 estudantes em situação de parentalidade, cujas discussões estão em estágios menos
38 desenvolvidos. **3-** Na sequência, o conselheiro Renato Ventura informou sobre o edital
39 aberto para recém-doutores da UFRJ (Edital ALV) e a necessidade de pareceres *ad hoc*,

pedindo aos conselheiros que entrem em contato com presidentes de Câmara ou indiquem especialistas de outras universidades, de modo a evitar a prorrogação do cronograma. **4-** A conselheira Natália Trindade saudou o Dia do Estudante e compartilhar a divulgação do dossiê Florestan Fernandes, elaborado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos em parceria com o Centro de Memória da Juventude, destacando a defesa da concepção híbrida do pós-graduando como estudante, pesquisador e trabalhador da ciência. Enfatizou a importância do reconhecimento institucional desse papel e a necessidade de valorização da atividade intelectual, especialmente no que tange aos direitos previdenciários dos discentes. Passou-se a **Ordem do dia. 2.1- Discussão sobre a Minuta de Resolução stricto sensu Acadêmico- Relator Fábio Freitas.** O presidente deu início ao debate sobre a minuta de Resolução do *stricto sensu*, conduzido pelo conselheiro Fábio Freitas, que retomou a discussão a partir do artigo trinta e nove, com sugestão de alteração ao artigo trinta e um. **2.1.1-** A conselheira Verônica Calado lembrou que proposta de inclusão havia sido feita pela conselheira Cláudia Rezende, a qual versava sobre o cancelamento da matrícula por motivo de má conduta científica. **2.1.2-** O conselheiro Marcelo Miguez apontou inconsistência no enquadramento da nova cláusula como inciso de artigo que trata de cancelamento automático, sugerindo a criação de novo artigo. **2.1.3-** O conselheiro Milton Campos indicou a necessidade de ampliar o termo "científico" para contemplar outras modalidades de programas, como os culturais e artísticos. **2.1.4-** A conselheira Julie Pires sugeriu a retirada do termo "automaticamente" do artigo, visto que, na prática, o cancelamento exige ação administrativa por parte do programa. **2.1.5-** A conselheira Ethel Pinheiro concordou com a necessidade de ajustar a terminologia, sugerindo que se mantivesse a redação que indica ação necessária do programa, sem implicar automatismo. O consenso foi alcançado para manter a proposta como inciso do artigo trinta e um, com redação adaptada e posterior encaminhamento do texto reformulado ao GT. **2.1.6-** Prosseguindo, foi discutido o artigo primeiro e a sugestão de criação de um parágrafo adicional para permitir o ingresso de discentes ainda não diplomados na graduação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, especificamente no contexto do programa MD-PhD da Medicina. **2.1.7-** A Superintendente Fernanda Mello esclareceu que tal dispositivo é necessário para legitimar o ingresso antecipado desses alunos no doutorado. **2.1.8-** A conselheira Katia Bloch ressaltou que casos semelhantes ocorrem também em outras áreas, como no Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC), onde alunos do MD-PhD estão vinculados à pós-graduação em áreas distintas da sua formação inicial. **2.1.9-** A conselheira Verônica Calado reforçou que na Escola de Química já existe, desde dois mil e doze, um programa de integração entre graduação e pós-graduação, permitindo o ingresso de alunos no nono período. **2.1.10-** A conselheira Ethel Pinheiro propôs redação alternativa que confere autonomia aos programas para criar diretrizes próprias para o ingresso de graduandos, resguardando os dispositivos que exigem permanência mínima no curso (um ano para o mestrado, dois para o doutorado). **2.1.11-** O conselheiro Milton Campos sugeriu que o tema fosse discutido também com o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), diante das implicações curriculares e culturais entre diferentes unidades. O entendimento majoritário foi o de manter um texto genérico que permita tais iniciativas, sem restringi-las a áreas específicas, preservando a autonomia dos programas e suas articulações com os cursos de graduação. **2.1.12-** Em seguida, a conselheira Katia Bloch registrou que, na reunião de coordenadores do Centro de Ciências da Saúde, foram levantadas preocupações relativas aos artigos terceiro (parágrafo quinto), décimo terceiro (item "j") e trigésimo sexto (parágrafo primeiro), envolvendo a criação de programas por centros, a regulação do credenciamento docente e a oferta de disciplinas híbridas. **2.1.13-** O conselheiro Fábio Freitas explicou que a criação de programas em unidades não acadêmicas está

vedada pelo Estatuto da UFRJ, sendo necessária sua revisão para viabilizar tais propostas. Quanto aos demais pontos, sugeriu o envio de contribuições ao GT. No debate sobre o artigo trigésimo nono, que trata da carga horária máxima por unidade de tempo, houve questionamentos sobre a redação do termo “atividade pedagógica” e sua distinção de disciplina. **2.1.14-** A conselheira Natália Trindade, membro do GT nacional sobre ensino híbrido da CAPES, sugeriu cautela na definição do termo, dado que esse será um ponto central na futura regulamentação do ensino híbrido no *stricto sensu*. **2.1.15-** O conselheiro Marcelo Miguez propôs restringir a norma às disciplinas, o que foi aceito como forma de resolver a questão da concentração de carga horária, sem entrar no mérito mais amplo das demais atividades pedagógicas, cuja discussão poderá ocorrer em outro dispositivo específico da Resolução. **2.1.16-** No artigo quadragésimo primeiro, que trata da orientação individualizada, a conselheira Ethel Pinheiro propôs a inclusão de um parágrafo que regulamente a designação de coorientador ou novo orientador em casos de afastamento do titular. **2.1.17-** A conselheira Natália Trindade reforçou a relevância do tema, destacando que a ausência de orientadores tem afetado a continuidade das pesquisas e a saúde mental dos discentes. **2.1.18-** O conselheiro Alexandre Guedes alertou para os limites da obrigatoriedade, sugerindo que o afastamento seja tratado como uma oportunidade de colaboração e não uma imposição. **2.1.19-** A conselheira Ethel Pinheiro contrapôs, afirmando que a responsabilidade administrativa e acadêmica precisa estar atribuída a alguém presente no programa, ainda que a orientação prossiga à distância. **2.1.20-** O conselheiro Leonardo Maciel defendeu que o próprio orientador seja responsável por indicar um substituto antes de se afastar, como parte do compromisso assumido com o discente. A proposta será debatida com o GT para redação adequada. **2.1.21-** O artigo quadragésimo segundo foi lido, com alteração no parágrafo primeiro para explicitar critérios de equivalência de notas entre instituições, visando facilitar a revalidação de diplomas. **2.1.22-** A conselheira Natália Trindade aproveitou a discussão do artigo quinquagésimo terceiro para propor a inclusão das línguas indígenas como possibilidade de redação de dissertações e teses, seguindo o exemplo de outras universidades. **2.1.23-** O conselheiro Fábio Freitas respondeu que a redação é flexível e que a proposta poderá ser avaliada posteriormente. **2.1.24-** No artigo quinquagésimo quarto, houve debate sobre a composição das bancas, com o conselheiro Marcelo Miguez questionando a obrigatoriedade de incluir um segundo membro do programa, o que, junto ao orientador, reduziria o espaço para membros externos. Defendeu que ao menos um membro seja externo à UFRJ, em consonância com as expectativas da CAPES. **2.1.25-** O conselheiro Milton Campos reforçou a proposta, argumentando pela adoção de práticas internacionais que vedam a presidência de bancas por orientadores. **2.1.26-** A conselheira Cláudia Figueiredo manifestou preocupação com a burocratização e defendeu a autonomia dos programas na escolha de bancas conforme suas realidades. O GT ficou encarregado de rediscutir o tema e apresentar nova redação. Passou-se à **2.2- Apresentação da Portaria CAPES Nº133 de 2023 sobre o acúmulo de bolsas.** A conselheira Verônica Calado expressou receio quanto ao impacto da flexibilização sobre a permanência dos discentes na universidade e a convivência acadêmica. **2.2.1-** A conselheira Ethel Pinheiro explicou que a nova norma diferencia entre a concessão e a manutenção da bolsa e permite o acúmulo desde que haja dedicação às atividades da pós-graduação. Propôs que a UFRJ estabeleça critérios internos para distribuição e manutenção das bolsas, com prioridade a estudantes em situação de vulnerabilidade ou sem vínculos empregatícios. **2.2.2-** O conselheiro Marcelo Miguez defendeu que o acúmulo é um reflexo da insuficiência do valor das bolsas, e que essa discussão deveria vir acompanhada da luta por sua valorização. **2.2.3-** A conselheira Juliana Beatriz lembrou que a Resolução de Ações Afirmativas já prevê prioridade para estudantes com

insuficiência econômica. **2.2.4-** A conselheira Natália Trindade apresentou a posição da APG, defendendo a flexibilização como um direito do pós-graduando, regularizando situações recorrentes de acúmulo informal. Destacou ainda a importância da assistência estudantil no nível da pós-graduação, o uso do orçamento específico da UFRJ para apoio financeiro e as implicações da portaria para programas de auxílio. **2.2.5-** A conselheira Cláudia Carvalho apontou as peculiaridades da área da Arqueologia, na qual a atividade profissional frequentemente exige deslocamentos temporários. **2.2.6-** A conselheira Katia Bloch trouxe casos em que discentes buscam o título apenas para fins de gratificação salarial, sem compromisso com a formação científica, o que, segundo ela, também merece atenção. **2.2.7-** O conselheiro Alexandre Guedes manifestou preocupação com o uso do dispositivo para favorecimento meritocrático e acúmulo de bolsas públicas. **2.2.8-** O Superintendente Felipe Rosa questionou se a Portaria também se aplicaria ao CNPq, e a conselheira Natália Trindade confirmou o entendimento conjunto da norma. Como encaminhamento, foi sugerido o levantamento das decisões já tomadas pelos programas sobre o tema, com apoio da APG, e posterior elaboração de diretrizes pelo CEPG. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, a sessão foi encerrada às 12h05. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professor João Ramos Torres de Mello Neto, e por mim.

Adriene Campelo do Amaral
Secretária

João Ramos Torres de Mello Neto
Presidente